



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2023 ----Aos vinte e quatro do mês de outubro de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edificio da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. ----PRESENÇAS: ----O deputado municipal José Fernando do Rego Cordeiro, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18°, n°1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por José Daniel Martins Rodrigues, -----O deputado municipal José Eduardo Ferreira Borges, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18°, n°1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Martins Rodrigues. -----À exceção do senhor Presidente da Câmara, Bruno Miguel de Moura Ferreira, encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----ABERTURA DA REUNIÃO -----Pelas dezoito horas, e dez minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Humberto da Costa Cerqueira, declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. Ordem do dia ----Ponto Único: Aprovação do Auto de Transferência de Competências na área da Saúde -----O senhor Presidente da Assembleia, Humberto da Costa Cerqueira, iniciou a sua intervenção dando conta que esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal surgiu na sequência de uma solicitação do senhor Presidente da Câmara e tinha como ponto único a aprovação do Auto de Transferência de Competências na área da Saúde. -----O deputado municipal Fernando Avelino Silva usou da palavra para dizer que relativamente a este assunto tinha um conjunto de considerações que passou a expor. No âmbito da transferência na área da saúde, está certo que o Executivo, tendo em conta a





experiência adquirida aquando das competências que passou a gerir ao nível da educação, tem acautelado todas as situações que se relacionam com a descentralização administrativa, no que concerne a gestão dos recursos financeiros e humanos. Se o Executivo estiver confortável, acha que a Assembleia também de alguma forma refletirá esta assunção de responsabilidades. Espera que, ao assumir tais competências, o Executivo tenha na realidade presente todos os desafios e investimentos que área da Saúde implica e necessita para dar resposta às necessidades da população de Mondim de Basto. Este auto de transferência aponta 1.100.000 Euros para obras de beneficiação do atual Edifício do Centro de Saúde agora chamado SF. Após esta fase, questionou como vai ser assegurada a manutenção do edifício e equipamentos ao longo dos próximos anos, dado que o valor em causa está associado a melhorias atuais. Ao ler o contrato, não vislumbrou nenhum valor para manutenções, pelo que questionou se existia algum valor previsto no contrato para este efeito.

Uma vez que o município vai fazer toda a gestão do edificado, pessoal auxiliar, veículos, segurança, vai passar a existir uma orgânica para o efeito com uma gestão coordenada e perfeitamente enquadrada de modo a cumprirem todas as necessidades da população, domicílios, transportes enfermeiros? Perante esta assunção de responsabilidades vão contratar mais gente ou todo o pessoal auxiliar afeto é o suficiente para cumprirem as diretivas e necessidades reais? Em suma, considera que é importante termos um edifício arranjado e operacional, mas mais importante do que o edifício são as respostas efetivas aos problemas da saúde dos mondinenses visto que o centro de saúde não pode ser apenas uma ponte de passagem de doentes que depois são direcionados para outros hospitais.

O senhor Vice-Presidente da Câmara, **José Carlos Amorim Carvalho**, usou da palavra para, em resposta às questões colocadas pelo deputado Fernando Silva, dizer que esta delegação de transferências não foi a Câmara nem o Executivo que a quis. É uma imposição do Estado e nós fomos dos últimos a recebê-la. E fomos dos últimos a recebê-la porque não estava fácil encontrarmos o valor para aceitarmos de ânimo leve, ou para não aceitarmos de ânimo leve, aquilo que nos queriam impor, ou seja, queriam-nos dar cerca de 200.000 Euros (no início não era 1.100.000 Euros) para reabilitar o edifício. Foi então elaborado um esquema que serviu de base a este estudo económico. Portanto, com base em 1.100 Euros ou 1.200 Euros por metro quadrado, foi possível encontrar os





1.100.000 Euros que estão no auto de entrega. Na altura, dava 1.200 Euros mas também tivemos que ceder alguma coisa para chegarmos a este valor. É verdade, como diz o professor Fernando Silva, de que estes 1.100.000 Euros são para investir no edifício, não é para mais nada. Incluindo estas obras, ainda há mais duas que também estão explanadas aqui no auto que são a colocação dos painéis e alguma beneficiação energética que já tinham assumido e, portanto, vão manter. Efetivamente os pagamentos do pessoal auxiliar, os seguros, a segurança, os jardins (que eram feitos pela junta de Mondim e agora não tem que fazer) será uma despesa que vem do orçamento do Estado, ano a ano. Portanto, é uma verba que não nos vai preocupar, esperemos é que chegue. Os recursos e os carros efetivamente ficam ao encargo da Câmara mas vão ser sempre afetos ao Centro de Saúde, que vai ganhar novas valências tais como: unidade de recursos de assistência partilhados, Unidade de Cuidados na Comunidade, Unidade de Saúde Pública, Atendimento Complementar e Apoios Gerais (arquivos, salas para guardar o material médico e outras situações, lixo perigoso, etc...). Crê que é um bom acordo, é uma imposição e portanto, temos que aceitar. Aqui somos mesmos obrigados a aceitar. O que o Executivo fez e bem, foi salvaguardar que este dinheiro chega para pôr condições dignas no centro de saúde, e a partir daí ficaremos com umas instalações novas para gerir e esperar que o dinheiro do orçamento do Estado caia todos os anos e chegue para as despesas.

Tendo terminado as intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta da deliberação tomada nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às dezoito horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 15 de dezembro de 2023, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília



de Carvalho Gon	alves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para val	er
como tal		
Como tan		
	well	
	Comilia Gonczlves	
	Condition of the second	